

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP SEI Nº 26263337/2025 - SES.UFLACA

1 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

1.1 - Trata-se de processo para credenciamento de prestadores de serviços de saúde para realização de Procedimentos com Finalidade Diagnóstica por Ultrassonografia no Município de Joinville, para atendimento dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS).

1.2 - Encontra-se vigente o **Edital de Credenciamento nº 452/2020 (7941528)** destinado ao **Credenciamento de Prestadores de Serviços de Saúde para realização de Procedimentos com Finalidade Diagnóstica Grupo 02 Sub-Grupo 05 Diagnóstico por Ultrassonografia , acrescido de Consultas, para atendimento aos usuários do SUS**. Oriundo do referido edital, encontram-se em execução os Contratos Nº 758/F022 (22.0.251938-0) Nº 101/2021 (21.0.175986-6) Nº 102/2021 (21.0.175981-5) e Nº 063/2021 (21.0.133729-5). No início de 2023 identificou-se a necessidade de substituição do Edital de Credenciamento Nº 452/2020 e, consequentemente, dos contratos a ele vinculados, os quais são regidos pela Lei nº 8.666/93 e precisam ser adequados à "Nova Lei de Licitações", Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Memorando SEI Nº 0019731115/2024 - SES.UAD.ACP).

1.3 - O município não dispõe de capacidade instalada por meio dos serviços próprios para o atendimento de todos os procedimentos tampouco do volume da demanda, necessitando da contratação de serviços complementares.

1.4 - Assim, faz-se necessária a publicação de novo edital, no intuito de credenciar, de forma complementar, prestadores dos serviços de saúde para atendimento da demanda de diagnóstico por ultrassonografia.

1.5 - A presente contratação tem como objetivo suprir o setor de saúde do município e dos municípios com pactuação de metas físico-financeiras da Programação Pactuada e Integrada com serviços especializados de diagnóstico por ultrassonografia, para atender as demandas existentes de forma complementar ao Sistema Único de Saúde.

1.6 - A CREDENCIADA deverá responsabilizar-se integralmente pelos serviços terceirizados necessários ao cumprimento do objeto.

2 - DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL.

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

2.1 - A Instrução Normativa nº 03/2024 (0023970042), aprovada por meio do Decreto nº 64.109/2024 prevê que o Plano de Contratações Anual poderá ser exigido a partir do exercício 2024, porém, **apesar de até a data de elaboração deste documento, a Administração Municipal não ter divulgado o Plano de Contratações Anual do exercício de 2025**, a presente contratação está prevista no plano de ações da Secretaria Municipal de Saúde de Joinville para o ano de 2025.

3 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

Local e execução dos serviços:

3.1 - Os atendimentos deverão ser realizados em locais legalmente destinados a esta finalidade, de segunda a sexta-feira exceto pontos facultativos e feriados das 08:00 às 18:00 hrs, ou com dias e horários acordados a Administração pública e que cumpram as exigências sanitárias e de todas as normas regulamentadoras em vigor, localizados no território de Joinville/SC e equipados para prestar o serviço objeto do Estudo Técnico Preliminar.

3.2 - Os serviços serão executados conforme a demanda da CREDENCIANTE e a capacidade de atendimento instalada da CREDENCIADA.

3.3 - Os agendamentos para atendimento dos usuários serão realizados pela CREDENCIANTE, diretamente no sistema, em forma de rodízio, respeitando a lista de espera, disponibilidade da oferta de cada prestador e eventual territorialização.

3.3.1 - Regras do sistema: O sistema considerará os procedimentos credenciados, os procedimentos vinculados aos grupos de agenda (sendo de responsabilidade do prestador), parâmetros de idade do paciente, disponibilidade de cota financeira e disponibilidade de vagas para o grupo de controle (GC) do procedimento.

3.3.2 - Regras do rodízio (como se dá a escolha): competência mais recente da agenda, unidade própria, prestador que atende ao maior número de procedimentos da requisição (evitando assim que o munícipe tenha que ir a mais de um prestador), prestador que tem menor quantidade de procedimentos autorizados (equilibrando assim a distribuição das demandas) e prestador com maior quantidade de vagas disponíveis.

3.4 - Será respeitada a fila de espera atual, de acordo com a classificação de urgência, prioridade e rotina, conforme Portaria 252/2021/SMS (0010451645), ou na forma de outro ato normativo que a substitua.

3.5 - Os pacientes agendados mensalmente serão comunicados pela Secretaria Municipal da Saúde de Joinville e deverão retirar o protocolo de agendamento no local indicado pelo operador do aviso. Este documento deverá ser apresentado, obrigatoriamente, no dia da realização do atendimento.

3.6 - Os usuários que porventura faltarem ao atendimento sairão da fila de espera, conforme Portaria 252/2021/SMS (SEI 0010451645) ou na forma de outro ato normativo que a substitua, salvo motivo justificado.

3.7 - A remuneração dos serviços será conforme valor da Tabela SIGTAP/SUS, acrescidos de complemento municipal.

3.8 - Poderão ser incluídos ao edital novos procedimentos de diagnóstico por ultrassonografia, conforme atualização da Tabela SIGTAP/SUS e publicação de errata.

3.9 - O quantitativo de procedimentos e o valor global do edital poderá ser majorado, conforme disponibilidade orçamentária, financeira, necessidade da Área de Regulação e publicação de errata.

3.10 - Será concedida atualização monetária dos valores, na mesma proporção da atualização da Tabela de Procedimentos,

Medicamentos e OPM do SIGTAP/SUS, aplicando-se exclusivamente à fração correspondente à referida tabela.

3.10.1 - A atualização será aplicada de forma uniforme a todos os credenciados, independentemente da data de assinatura do termo de credenciamento.

3.10.2 - O complemento municipal será reajustado com base na variação do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, com data-base vinculada à data do orçamento estimado.

3.10.2.1 - O reajuste será aplicado de forma uniforme a todos os credenciados, independentemente da data de assinatura do termo de credenciamento.

3.11 - Para fins de pagamentos, o prestador deverá apresentar comprovação de regularidade trabalhista, previdenciária e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), além de outros documentos que comprovem a regularidade jurídico-fiscal

3.12 - O pagamento será efetuado de acordo com as medições apresentadas mensalmente, sendo que as medições deverão refletir apenas os serviços solicitados por profissionais da Prefeitura Municipal de Joinville e efetivamente prestados.

3.13 - Não serão aceitas quaisquer alegações que visem o ressarcimento de valores não considerados no edital de credenciamento.

3.14 - Em caso de atraso na entrega das medições, o pagamento será retardado proporcionalmente, sem que haja direito a juros ou qualquer valor adicional.

Equipe Mínima:

3.15 - Médico responsável técnico devidamente inscrito e ativo no Conselho Regional de Medicina de Santa Catarina e com Registro de Qualificação de Especialista (RQE) em Radiologia e Diagnóstico por Imagem ou Diagnóstico por Imagem: atuação exclusiva em Ultrassonografia Geral em Santa Catarina ou Ultrassonografia Geral.

3.15.1 - Todos médicos que atuarem no credenciamento deverão estar inscritos e ativos no Conselho Regional de Medicina de Santa Catarina e possuir Registro de Qualificação de Especialista (RQE) conforme segue:

3.15.1.1 - Para todos os procedimentos, exceto em 02.05.01.002-4 (ecocardiografia transesofágica), 02.05.01.003-2 (ecocardiografia transtorácica): possuir RQE em Radiologia e Diagnóstico por Imagem ou Diagnóstico por Imagem: atuação exclusiva em Ultrassonografia Geral ou certificado de área de atuação em Ultrassonografia em Ginecologia e Obstetrícia ou certificado de área de atuação em Ecografia com Doppler.

3.15.1.2 - Para os procedimentos 02.05.01.002-4 (ecocardiografia transesofágica) e 02.05.01.003-2 (ecocardiografia transtorácica): possuir RQE em Cardiologia, conforme Resolução CFM Nº 2.330/2023.

3.15.1.3 - Para o procedimento 02.05.01.004-0 (ultrassonografia doppler colorido de vasos): além das especialidades descritas acima, inclui-se: RQE em Angiologia e Cirurgia vascular.

3.16 - Equipe apoio suficiente para atender ao objeto do credenciamento.

3.17 - Equipe que atuará no objeto deverá estar cadastrada no CNES da empresa credenciada.

3.18 - Não será admitida a subcontratação do objeto, salvo mediante autorização expressa da Administração.

3.19 - Para efeitos da composição da equipe, consideram-se profissionais da CREDENCIADA os membros do seu corpo clínico, os profissionais que tenham vínculo de emprego com a CREDENCIADA, os profissionais autônomos que, eventual ou constantemente, prestam serviços à CREDENCIADA, se por esta são autorizados.

3.19.1 - Equipara-se ao profissional autônomo a empresa, a cooperativa, o grupo, a sociedade ou o conglomerado de profissionais que exerçam atividades na área da saúde.

3.20 - Todos os médicos que atuarem no credenciamento deverão ser previamente autorizados pela CREDENCIANTE.

Equipamentos e outros:

3.21 - Estrutura conforme roteiro de visita técnica.

3.22 - Relação de equipamentos (quantificar e especificar), contendo marca e modelo (DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE INSTALAÇÕES, APARELHAMENTO E PESSOAL).

3.23 - Relação nominal dos profissionais que atuarão no objeto do edital com a respectiva carga horária semanal e titulação (registro de qualificação de especialista, quando for o caso). Os demais dados de recursos humanos serão considerados os contidos no CNES (DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE INSTALAÇÕES, APARELHAMENTO E PESSOAL).

3.23.1 - Comprovação de registro ou inscrição ativa na entidade profissional competente do responsável técnico e dos profissionais que atuarão no objeto.

3.23.1.1 - Para fins de certificação da inscrição dos profissionais que atuarão no objeto do edital e que compõem a equipe mínima, a CREDENCIANTE, por meio da equipe técnica da Secretaria da Saúde, realizará consultas no portal dos respectivos conselhos de classe, inclusive no que tange ao RQE, quando aplicável;

3.24 - Declaração mencionando os horários de atendimento aos usuários do SUS.

3.25 - Declaração de Aceitação dos Preços, conforme anexo (DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DOS PREÇOS).

3.26 - Atestado de Capacidade Técnica, de prestação de serviço compatível com os itens cotados, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado.

Condições Gerais:

3.27 - Comprovante de inscrição do estabelecimento no Conselho Regional de Medicina de Santa Catarina, o qual deverá estar ativo.

3.28 - Alvará Sanitário vigente, emitido pelo órgão da Vigilância Sanitária Municipal, compatível com o serviço a ser prestado.

3.28.1 - Na desobrigação do item anterior, apresentar Documento de Dispensa de Alvará Sanitário emitido pela Unidade de Vigilância Sanitária do Município.

3.29 - Comprovante de inscrição e atualização dos dados e requisitos no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES da unidade.

3.30 - Comprovação de que o responsável técnico possui vínculo com o proponente, que deverá ser feito mediante a apresentação de Carteira de Trabalho, Contrato de Prestação de Serviço ou Contrato Social.

Frequência e Periodicidade da execução dos serviços:

3.31 - Os serviços serão executados conforme a demanda da CREDENCIANTE e a capacidade de atendimento instalada da

CREDENCIADA.

3.32 - Os agendamentos para atendimento dos usuários serão realizados pela CREDENCIANTE, diretamente no sistema, em forma de rodízio, respeitando a lista de espera, disponibilidade da oferta de cada prestador e eventual territorialização.

3.32.1 - Regras do sistema: O sistema considerará os procedimentos credenciados, os procedimentos vinculados aos grupos de agenda (sendo de responsabilidade do prestador), parâmetros de idade do paciente, disponibilidade de cota financeira e disponibilidade de vagas para o grupo de controle (GC) do procedimento.

3.32.2 - Regras do rodízio (como se dá a escolha): competência mais recente da agenda, unidade própria, prestador que atende ao maior número de procedimentos da requisição (evitando assim que o munícipe tenha que ir a mais de um prestador), prestador que tem menor quantidade de procedimentos autorizados (equilibrando assim a distribuição das demandas) e prestador com maior quantidade de vagas disponíveis.

Cronograma de execução dos serviços:

3.33 - A CREDENCIADA terá 05 (cinco) dias úteis, a partir da emissão da ordem de serviço eletrônica e da concessão dos acessos e permissões ao módulo prestador do sistema de gestão, para disponibilizar ao Serviço de Regulação da Secretaria Municipal da Saúde de Joinville, no sistema, a oferta de vagas para o agendamento dos usuários, com data, hora e endereço para realização do atendimento.

3.34 - A prestação de serviços deverá iniciar, em todos os seus termos, em até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da emissão da ordem de serviço eletrônica.

3.35 - O edital de credenciamento ficará aberto por prazo indeterminado.

3.36 - A presente contratação será um serviço contínuo, cujo prazo será de 24 (vinte e quatro) meses de execução, prorrogável na forma do Art. 107 da Lei 14.133/2021.

3.37 - O prazo contratual será de 26 (vinte e seis) meses de vigência, prorrogável na forma do Art. 107 da Lei 14.133/2021, vez que a contratação está prevista no Plano Plurianual.

Obrigações da CREDENCIADA específicas do objeto

3.38 - A CREDENCIADA deverá possuir em seu estabelecimento área física compatível ao número de usuários a serem atendidos, assim como equipamentos adequados a realização dos procedimentos e número de profissionais.

3.39 - A CREDENCIADA deverá registrar todos os atendimentos realizados em prontuário e nos sistemas de informação da CREDENCIANTE, conforme Conselhos de Classe, Portaria de Consolidação MS/GM nº 01/2017, Título I, e Resolução de Diretoria Colegiada - RDC Nº 63, de 25 de Novembro de 2011 e outras que venham substituir ou complementar.

3.40 - A CREDENCIADA deverá dispor de no mínimo 01 (um) computador contendo navegador Google Chrome ou Mozilla Firefox na versão mais atualizada para uso do sistema de gestão do Município.

3.40.1 - Da instalação do sistema: o sistema rodará em plataforma WEB e está homologado para uso nos browsers Google Chrome e Mozilla Firefox, preferencialmente de versões mais atualizadas. Faz-se necessária uma ativação de cada estação para que a mesma possa estar autorizada para uso. Esta ativação será realizada pela equipe de suporte da Área de Tecnologia da Informação da Secretaria da Saúde.

3.40.2 - Das permissões e acessos: os acessos e permissões ao módulo prestador do sistema de gestão serão realizados pela equipe de suporte da Área de Tecnologia da Informação da Secretaria da Saúde, desde que todo o cadastro do prestador esteja devidamente atualizado, com todos os profissionais de saúde e da área administrativa vinculados no Sistema CNES (Cadastro de Estabelecimentos e Profissionais de Saúde).

3.40.3 - Do fluxo de operação do sistema (módulo prestador):

a) Da criação e manutenção de agenda: o prestador deverá gerar diretamente no sistema a sua oferta de vagas em formato de agenda, até o limite estipulado em Termo de Credenciamento, definindo dias e horários para realização dos atendimentos. A manutenção destas vagas, bem como as possíveis manipulações de datas, horários e tempo de atendimento do paciente ficarão a cargo do prestador. O sistema fará o controle a partir das baixas realizadas pelo prestador, considerando o teto mensal financeiro e/ou físico estipulado no Termo de Credenciamento.

b) Da recepção do usuário: o prestador fará a recepção do usuário no sistema a partir da digitação da chave de acesso gerada no protocolo de agendamento que será apresentado pelo paciente no dia do atendimento.

c) Da baixa do procedimento realizado: após realizado o atendimento, o prestador deverá dar baixa no sistema para que assim seja gerado seu Boletim de Produção Ambulatorial (BPA), ou seja, a produção será contabilizada a partir das baixas realizadas. É obrigação do prestador que a baixa seja efetuada no mesmo dia em que o paciente tenha sido atendido.

d) Do fechamento da produção: a CREDENCIANTE fechará a produção no Sistema Integrado de Gestão no primeiro dia útil do mês subsequente ao de atendimento.

3.40.4 - A critério da CREDENCIANTE, poderá ser exigido que a CREDENCIADA insira o laudo no Sistema Integrado de Gestão do município.

3.40.4.1 - Do lançamento dos laudos emitidos: a CREDENCIADA ou deverá digitar manualmente cada laudo no Sistema de Gestão da Secretaria da Saúde para que estas informações estejam disponíveis no Prontuário Eletrônico do paciente ou integrar seu sistema com o Sistema da Secretaria da Saúde. Para fazer esta integração, o prestador deverá seguir o **Manual iPSO - Guia de Integração LIS** (SEI 0021683406 e 0021683419), disponibilizado pelo Núcleo de Tecnologia da Informação em Saúde (SES.NTI), que detalha todo processo. As despesas de implementação e homologação desta integração são de exclusiva responsabilidade do prestador. Os laudos deverão ter certificação de assinatura digital em consonância com a legislação vigente.

3.40.5 - Dos procedimentos para faturamento no sistema:

a) Boletim de Produção Ambulatorial (BPA): fica dispensado o envio eletrônico destes arquivos para a Secretaria da Saúde, uma vez que todo processo de faturamento será feito de forma central diretamente no sistema pela equipe interna da Secretaria da Saúde a partir dos procedimentos que forem baixados eletronicamente no Sistema Integrado de Gestão da Secretaria da Saúde.

b) APAC - Autorização de Procedimentos Ambulatoriais: procedimentos que exigem registro em APAC, quando for o caso, deverão ser lançados no Sistema Integrado de Gestão da Secretaria da Saúde, incluindo a digitação e/ou integração do laudo. Porém, a produção deverá ser digitada e apresentada via sistema APAC MAGNÉTICO do Ministério da Saúde.

c) Envio da Produção ao Ministério da Saúde: O arquivo gerado pelo Sistema Integrado de Gestão da Secretaria da Saúde será importado no Sistema de Faturamento do Ministério da Saúde e a apuração da produção será feita baseada nos relatórios deste sistema.

d) Eventuais inconsistências (erros e/ou bloqueios) no arquivo de produção deverão ser sanadas pela CREDENCIADA em até 02 (dois) dias úteis.

3.41 - A CREDENCIADA deverá apresentar, até o 5º dia útil do mês, os protocolos de agendamento autorizados pelo sistema integrado e demais documentos quando solicitados pela Secretaria Municipal da Saúde de Joinville.

3.42 - A CREDENCIADA se responsabilizará pela criação e manutenção da agenda, recepção do usuário, baixa do procedimento realizado, fechamento da produção e emissão de laudos no sistema do Município, respeitando os prazos previstos no edital.

3.43 - A CREDENCIADA será responsável pela manutenção dos equipamentos necessários, bem como pelos custos dos materiais utilizados no atendimento do usuário.

3.44 - A CREDENCIADA deverá enviar à Secretaria Municipal da Saúde / Central de Regulação do Acesso aos Serviços de Saúde a grade de horários na qual estará reservada para atendimento aos usuários SUS para o período informado. O envio desta grade será realizado por meio eletrônico através do sistema de informação e deverá ser realizado até o 1º dia útil do mês subsequente.

3.44.1 - Esta grade deverá contemplar as vagas para o agendamento de usuários para no mínimo 60 dias úteis para o planejamento e gestão dos serviços de saúde no município.

3.45 - A CREDENCIADA deverá apresentar, sempre que solicitado, relatórios e indicadores de atividades que demonstrem, quantitativa e qualitativamente os serviços prestados.

3.46 - A CREDENCIADA deverá manter atualizados na Secretaria Municipal da Saúde os dados e requisitos exigidos no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES, Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA) e/ou outros sistemas de informações pertinentes no âmbito do Sistema Único de Saúde SUS que venham a ser normatizados e implementados.

3.47 - A CREDENCIADA deverá atender aos usuários com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, sem diferenciação no atendimento, mantendo sempre a qualidade na prestação de seus serviços, conforme a Portaria de Consolidação MS/GM Nº 01/2017, que dispõe sobre os direitos e deveres dos usuários da Saúde.

3.48 - A CREDENCIADA deverá afixar aviso, às suas expensas, conforme material padrão indicado pela CREDENCIANTE (anexo documento SEI nº 0021683318 em local visível, de sua condição de entidade integrante do SUS, constando a gratuidade dos serviços prestados, nessa condição, aos usuários.

3.49 - A CREDENCIADA deverá entregar, quando solicitado pelo usuário ou seu responsável, no ato da saída do estabelecimento, documento comprobatório informando que a assistência foi prestada pelo SUS, sem custos adicionais.

3.50 - A CREDENCIADA deverá justificar, por escrito, ao usuário ou ao seu representante e à Secretaria Municipal da Saúde, no prazo de 2 (dois) dias úteis, as razões técnicas quando da não realização de qualquer procedimento credenciado no credenciamento.

3.51 - A CREDENCIADA deverá observar e cumprir os protocolos de acesso e regulação da rede pública assistencial de saúde e também submeter-se às normas e rotinas da Central de Regulação, Controle e Avaliação do Gestor Municipal.

3.52 - A CREDENCIADA deverá submeter-se às avaliações sistemáticas, de acordo com o Programa Nacional de Avaliação de Serviços de Saúde - PNASS, bem como, deverá atender as diretrizes da Política Nacional de Humanização - PNH, instituídos pelo Sistema Único de Saúde/Ministério da Saúde.

3.53 - A CREDENCIADA se submeterá à fiscalização dos serviços de Auditoria, Controle e Avaliação da Secretaria Municipal da Saúde em consonância e obediência ao previsto nas Leis Federais nº 8.080/90 e 8.142/90, no Decreto Federal nº 1.651 de 28/09/95, na Lei Municipal nº 3.584 de 03/11/97 e no Decreto Municipal nº 8.865 de 17/11/98 e outras legislações que venham a complementar ou substituir.

3.54 - A CREDENCIADA deverá justificar e comunicar com antecedência de 30 (trinta) dias úteis, por escrito, a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização (CAF), designado da Área de Regulação, quando da impossibilidade temporária ou redução da oferta de serviços, salvo nas situações de infortúnio, cujo comunicado deverá ser imediato.

3.54.1 - Em caso de alteração definitiva da capacidade instalada e/ou da oferta do serviço, a CREDENCIADA deverá informar, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias úteis, por meio de comunicação oficial devidamente assinada e protocolada, à Comissão de Acompanhamento e Fiscalização (CAF) (fiscais da Área de Regulação) para que seja realizada a devida alteração contratual e/ou demais ajustes necessários.

3.55 - A CREDENCIADA deverá comunicar a CREDENCIANTE, Área de Regulação, eventual alteração de sua razão social, controle acionário, mudança em sua Diretoria, Contrato ou Estatuto, alterações de endereço e telefone.

3.55.1 - As alterações deverão ser comunicadas imediatamente após as alterações efetuadas, exceto mudança de endereço, que deverá ser comunicada pelo menos **30 dias corridos antes**.

3.55.2 - Em caso de mudança de endereço, será realizada visita técnica no novo local.

3.56 - Em nenhuma hipótese a CREDENCIADA poderá cobrar do usuário ou seu representante ou da CREDENCIANTE qualquer importância adicional ou complementação dos valores referentes à assistência dos serviços prestados.

3.57 - A CREDENCIADA deverá atender aos usuários, obedecendo a Programação Físico-Orçamentária (PFO) estabelecida e o agendamento realizado pela CREDENCIANTE (modelo anexo).

3.58 - Semestralmente, no meses de março e setembro, a CREDENCIANTE realizará a verificação da relação de empresas credenciadas com o objetivo de avaliar a necessidade de revisão da Programação Físico-Orçamentária (PFO) e da redistribuição da demanda, conforme as necessidades do serviço.

3.58.1 - A PFO poderá, ainda, ser revista a qualquer tempo, por iniciativa da administração pública, em razão do cumprimento das metas pactuadas, da alteração na demanda do município e/ou da reorganização territorial, visando à melhor alocação dos recursos e à eficiência na prestação dos serviços.

3.58.2 - Os meses de revisão poderá ser alterado pela CREDENCIANTE, conforme necessidade da Administração.

3.59 - A CREDENCIADA deverá zelar pela qualidade dos serviços prestados, obrigando-se ainda a manter, durante toda a vigência do Termo de Credenciamento, as condições de habilitação e de qualificação exigidas no credenciamento.

3.60 - Todas as despesas necessárias à execução do objeto deste documento correrão por conta da CREDENCIADA.

3.61 - A CREDENCIADA deverá estar de acordo com a Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015, que Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

3.62 - A CREDENCIADA responsabiliza-se por todos os ônus, tributos, emolumentos, honorários ou despesas incidentais sobre os serviços credenciados, bem como cumprir rigorosamente, todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e acidentárias relativas à execução dos serviços.

3.63 - A CREDENCIADA deverá assumir integral responsabilidade pela boa e eficiente execução do objeto que vir a efetuar, estando sempre de acordo com o estabelecido nas normas do Termo de Credenciamento, e demais documentos técnicos fornecidos.

3.64 - A CREDENCIADA deverá assumir integral responsabilidade pelos danos decorrentes desta execução, inclusive perante terceiros.

3.65 - A CREDENCIADA deverá proceder às correções que se tornarem necessárias à realização do objeto, executando-o de acordo com o disposto e no Termo de Credenciamento.

3.66 - A CREDENCIADA deverá cumprir todas as obrigações e especificações dispostas no Termo de Referência.

3.67 - A CREDENCIADA deverá prestar a totalidade dos procedimentos classificados como obrigatório, conforme Quadro I do Formulário de Requerimento, exceto quando não houver demanda, sendo dispensado pela CREDENCIANTE.

3.67.1 - A capacidade técnica instalada será definida por meio de visita técnica realizada pela CREDENCIANTE.

3.68 - Não poderão participar do Credenciamento os hospitais contratualizados por meio de convênios firmados com o Gestor Municipal do SUS.

3.69 - Se a CREDENCIANTE constatar, tanto no recebimento provisório como no definitivo, que os serviços não correspondem ao exigido no Termo de Referência, ou estão em quantidade diversa da solicitada, a CREDENCIADA deverá providenciar no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a substituição/reposição visando ao atendimento total das especificações do contrato, sem prejuízo da incidência das sanções previstas na contratação, no Edital, na Lei nº. 14.133/2021 e alterações posteriores e no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº. 8.078/90).

Obrigações Específicas

3.70 - A CREDENCIADA deverá abrir diretamente no sistema a sua oferta de vagas em formato de agenda, até o limite estipulado em Termo de Credenciamento, definindo dias e horários para realização dos atendimentos.

3.70.1 - A manutenção da agenda ficará a cargo do prestador, considerando a proporção do teto anual e número de meses de vigência do Termo de Credenciamento.

3.71 - Na data do atendimento, a CREDENCIADA deverá realizar a recepção do usuário no SIG a partir da digitação da chave de acesso impressa no protocolo de agendamento que será apresentado pelo paciente no dia do atendimento.

3.72 - Os atendimentos deverão ser registrados os procedimentos no sistema da CREDENCIANTE (SIG), incluindo os resultados de exames.

3.73 - Na mesma data do atendimento, a CREDENCIADA deverá dar baixa no sistema para que assim seja gerado seu Boletim de Produção Ambulatorial (BPA), ou seja, a produção será contabilizada a partir das baixas realizadas.

3.74 - A CREDENCIADA deverá ofertar todos os procedimentos previstos na PFO.

3.74.1 - A CREDENCIADA será dispensada pela CREDENCIANTE (Área de Regulação) de realizar os itens quando não houver demanda.

3.75 - Os procedimentos 02.05.01.002-4, 02.05.01.003-2 deverão ser realizados por Médico devidamente inscrito e ativo no CRM/SC e com RQE em Cardiologia;

3.76 - O procedimento 02.05.01.004-0 também poderá ser realizado por Médico Angiologista, Médico Cardiologista ou Médico Cirurgião Vascular, devidamente inscrito e com RQE no CRM/SC.

3.77 - A CREDENCIADA deverá apresentar laudo contendo, no mínimo, **3 (três) dados** de identificação do usuário, procedimento(s) realizado(s), região(ões) analisada(s), técnica empregada, parte expositiva e outra conclusiva.

3.78 - A disponibilização do laudo poderá ser realizada em meio físico ou eletrônico.

3.79 - A CREDENCIADA deverá disponibilizar os laudos em até 5 (cinco) dias úteis a partir da data da realização do exame.

3.79.1 - Sempre que solicitado pelo paciente, a CREDENCIADA deverá disponibilizar o laudo em meio físico.

3.80 - A CREDENCIADA deverá cumprir as normas referentes à Saúde e Segurança do Trabalho seguindo legislações vigentes de âmbito federal, estadual e municipal.

3.81 - A CREDENCIADA deverá corrigir e/ou refazer em até 10 (dez) dias úteis, após notificada, os serviços que apresentar qualquer irregularidade ou que estejam em desacordo com o Termo de Referência, sem ônus para a CREDENCIANTE.

3.82 - A CREDENCIADA deverá assinar o Termo de Compromisso de Confidencialidade contido no Anexo SEI 0021683375.

Obrigações da CREDENCIANTE específicas do objeto:

3.83 - Os acessos e permissões ao módulo prestador do sistema de gestão serão realizados pela equipe de suporte da Área de Tecnologia da Informação da Secretaria da Saúde de Joinville.

3.84 - A CREDENCIANTE deverá controlar, avaliar e auditar a prestação dos serviços bem como os relatórios apresentados.

3.85 - A CREDENCIANTE deverá efetuar visitas técnicas nas instalações dos prestadores para conferir o cumprimento dos requisitos do Credenciamento assim como para certificar o cumprimento dos requisitos do Termo de Credenciamento, conforme anexo - Roteiro de Visita Técnica.

3.86 - A CREDENCIANTE deverá efetuar o pagamento, em conformidade com o constante no Edital, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências.

3.87 - A CREDENCIANTE deverá prestar todas as informações e esclarecimentos necessários para a fiel execução contratual, que venham a ser solicitadas pelos funcionários da CREDENCIADA.

3.88 - A CREDENCIANTE deverá cumprir e fazer cumprir as disposições do Termo de Credenciamento.

3.89 - A CREDENCIANTE deverá intervir no objeto licitado nos casos previstos em lei e na forma do Termo de Credenciamento visando proteger o interesse público.

3.90 - A CREDENCIANTE deverá estabelecer mecanismos de controle de cumprimento dos serviços pela credenciada.

3.91 - A CREDENCIANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CREDENCIADA com terceiros, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CREDENCIADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

3.92 - A CREDENCIANTE deverá notificar a CREDENCIADA por escrito sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no serviço fornecido.

3.92.1 - A CREDENCIANTE estabelecerá o prazo de até **5 (cinco) dias úteis**, a contar da notificação, para que a CREDENCIADA apresente esclarecimentos e laudos provenientes destas falhas e respectivas medidas corretivas.

3.93 - A CREDENCIANTE realizará visitas às instalações dos serviços interessados visando emitir parecer técnico sobre os aspectos relativos às condições de atendimento, capacidade instalada, segurança, aparelhagem, corpo funcional e técnico, em consonância aos critérios exigidos na legislação e itens elencados no edital.

3.93.1 - A capacidade instalada será estimada levando-se em consideração a carga horária dos profissionais, o número de equipamentos, o tempo de atendimento proposto pelo prestador, a duração do procedimento preconizada ou estimada pelo Ministério da Saúde, Associação/Colégio de Especialidade, Órgão de Classe e/ou literatura.

3.93.2 - A visita técnica será realizada seguindo roteiro, conforme anexo - Roteiro de Visita Técnica.

3.93.3 - Os critérios de análise e o roteiro de visita poderão ser alterados para incluir as novas legislações que possam surgir, bem

como para adequação às alterações das legislações até o presente momento aplicadas no credenciamento.

Gestão do Termo de Credenciamento

3.94 - A gestão do termo de credenciamento será realizada pela Secretaria da Saúde de Joinville, gestora do Fundo Municipal de Saúde de Joinville, Unidade de Regulação, sendo a mesma responsável pelo recebimento e fiscalização do objeto licitado.

3.95 - O ordenador da despesa será o Fundo Municipal de Saúde - FMS.

Descredenciamento

3.96 - Constituem motivos para descredenciamento o não cumprimento de qualquer das cláusulas e condições constantes no edital, bem como os motivos previstos na legislação vigente.

3.97 - O credenciamento poderá ser revogado a qualquer momento, a juízo da conveniência e oportunidade da CREDENCIANTE, por motivos plenamente justificáveis, dentro do eminente interesse público ou a pedido da CREDENCIADA, que deverá encaminhar ofício com antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos.

ANEXO - PROGRAMAÇÃO FÍSICO-ORÇAMENTÁRIA (PFO)

Item	Código Sigtap/SUS	Descrição Sigtap / SUS	Valor unitário	Quantidade por item (ano)	Valor total do item (ano)
1	02.05.01.004-0	ULTRASSONOGRAMA DOPPLER COLORIDO DE VASOS			
2	02.05.02.003-8	ULTRASSONOGRAMA DE ABDÔMEN SUPERIOR			
3	02.05.02.004-6	ULTRASSONOGRAMA DE ABDOMEN TOTAL			
4	02.05.02.005-4	ULTRASSONOGRAMA DE APARELHO URINÁRIO			
5	02.05.02.006-2	ULTRASSONOGRAMA DE ARTICULACAO			
6	02.05.02.007-0	ULTRASSONOGRAMA DE BOLSA ESCROTAL			
7	02.05.02.009-7	ULTRASSONOGRAMA MAMARIA BILATERAL			
8	02.05.02.010-0	ULTRASSONOGRAMA DE PROSTATA POR VIA ABDOMINAL			
9	02.05.02.011-9	ULTRASSONOGRAMA DE PROSTATA (VIA TRANSRETAL)			
10	02.05.02.012-7	ULTRASSONOGRAMA DE TIREOIDE			
11	02.05.02.014-3	ULTRASSONOGRAMA OBSTETRICA			
12	02.05.02.016-0	ULTRASSONOGRAMA PELVICA (GINECOLOGICA)			
13	02.05.02.017-8	ULTRASSONOGRAMA TRANSFONTANELA			
14	02.05.02.018-6	ULTRASSONOGRAMA TRANSVAGINAL			
15	02.05.01.005-9	ULTRASSONOGRAMA DOPPLER DE FLUXO OBSTETRICO			
16	02.05.02.015-1	ULTRASSONOGRAMA OBSTETRICA C/ DOPPLER COLORIDO E PULSADO			
17	02.05.01.002-4	ECOCARDIOGRAMA TRANSESOFAGICA			
18	02.05.01.003-2	ECOCARDIOGRAMA TRANSTORACICA			
		TOTAL			

ANEXO - DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DOS PREÇOS

A empresa, pessoa jurídica de direito privado, com sede na....., -...../SC, inscrita no CNPJ nº....., por meio de seu representante legal, abaixo firmado, em atenção ao Edital de Credenciamento Universal N° XXX/2024 vem manifestar sua aceitação aos preços praticados no edital, estando também ciente que o reajuste será concedido conforme previsto no edital.

Joinville,

Nome do responsável:

CPF:

ANEXO - DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE INSTALAÇÕES, APARELHAMENTO E PESSOAL

A (nome da empresa) inscrita no CNPJ nº..... por intermédio de seu representante

legal que esta subscreve, o(a) Sr.(a) _____, portador(a) do C.P.F. n.º _____, DECLARA que estará disponível, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos após a emissão da ordem de serviço eletrônica, para iniciar o atendimento dos serviços do Edital de Credenciamento nº xxx/20xx, consoante às regras do edital e do Sistema Único de Saúde (SUS), obedecendo às disposições éticas e técnicas dos respectivos Conselhos Regionais e seguindo as normas fixadas pela Secretaria Municipal de Saúde.

Declara ainda que disporá das instalações e dos equipamentos necessários a perfeita execução do objeto, bem como, manterá no quadro funcional da empresa, a partir da data de início efetivo da prestação dos serviços, o(s) profissional(is) técnico(s) relacionados(s), e que, em caso de dispensa, o(s) substituirá por profissional do mesmo nível e com qualificação compatível, sempre com a ciência prévia da Secretaria da Saúde, para prestação de atendimento aos usuários do SUS, nos termos do Edital. No caso de não substituição do(s) profissional(is), justificará à Secretaria da Saúde os devidos motivos, com a garantia de que a execução dos serviços não será prejudicada, e ciente de que a programação físico-orçamentária (PFO) poderá ser revista.

Relação de profissionais *(para preenchimento da empresa)*:

Nome completo	Categoria profissional e Nº Registro	Especialidade e Nº Registro	Carga Horária Semanal Cadastrada no CNES	Carga Horária Semanal Disponibilizada para o Credenciamento
Obs: A carga horária cadastrada no CNES não poderá ser inferior à carga horária disponibilizada para o credenciamento.				

Relação de equipamentos:

Equipamento	Quantidade	Descrição / Marca / Modelo
Equipamento de Ultrassonografia Convencional		
Equipamento de Doppler Colorido		
Outros (descrever):		

Joinville, ____ de _____ de ____.

Atenciosamente,

Carimbo e Assinatura (com identificação do responsável)

ANEXO - FORMULÁRIO DE REQUERIMENTO

À
Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde de Joinville

Pelo presente, atendendo ao Edital de Credenciamento de Prestadores dos Serviços de Saúde para realização de Procedimentos com Finalidade Diagnóstica - Grupo 02, Diagnóstico por Ultrassonografia - Subgrupo 05, conforme o Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM - SIGTAP/SUS , conforme da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM/SIGTAP/SUS, a empresa xxxxxxxxxxxx, inscrita no CNPJ xxxxxxxx solicita o credenciamento dos serviços especializados para atendimento dos pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS) conforme assinalado abaixo:

Quadro. Relação de procedimentos.			
Item	Código Sigtap/SUS	Descrição Sigtap / SUS	Disponibilidade
1	02.05.01.004-0	ULTRASSONOGRAFIA DOPPLER COLORIDO DE VASOS	() Sim () Não
2	02.05.02.003-8	ULTRASSONOGRAFIA DE ABDÔMEN SUPERIOR	
3	02.05.02.004-6	ULTRASSONOGRAFIA DE ABDOMEN TOTAL	
4	02.05.02.005-4	ULTRASSONOGRAFIA DE APARELHO URINÁRIO	
5	02.05.02.006-2	ULTRASSONOGRAFIA DE ARTICULACAO	
6	02.05.02.007-0	ULTRASSONOGRAFIA DE BOLSA ESCROTAL	
7	02.05.02.009-7	ULTRASSONOGRAFIA MAMARIA BILATERAL	
8	02.05.02.010-0	ULTRASSONOGRAFIA DE PROSTATA POR VIA ABDOMINAL	
9	02.05.02.011-9	ULTRASSONOGRAFIA DE PROSTATA (VIA TRANSRETAL)	
10	02.05.02.012-7	ULTRASSONOGRAFIA DE TIREOIDE	
11	02.05.02.014-3	ULTRASSONOGRAFIA OBSTETRICA	
12	02.05.02.016-0	ULTRASSONOGRAFIA PELVICA (GINECOLOGICA)	
13	02.05.02.017-8	ULTRASSONOGRAFIA TRANSFONTANELA	
14	02.05.02.018-6	ULTRASSONOGRAFIA TRANSVAGINAL	
15	02.05.01.005-9	ULTRASSONOGRAFIA DOPPLER DE FLUXO OBSTETRICO	() Sim () Não
16	02.05.02.015-1	ULTRASSONOGRAFIA OBSTETRICA C/ DOPPLER COLORIDO E PULSADO	() Sim () Não
17	02.05.01.002-4	ECOCARDIOGRAFIA TRANSESOFAGICA	() Sim () Não
18	02.05.01.003-2	ECOCARDIOGRAFIA TRANSTORACICA	() Sim () Não
Nota 1: Os itens 1 ao 14 deverão ser ofertados em conjunto.			

Por oportuno, declaramos, desde já, que aceitamos todas as condições estipuladas no Edital de Credenciamento nº xxx/20XX e seus anexos e que temos pleno conhecimento que o deferimento do credenciamento/habilitação se dará após sua análise técnica e legal

Outrossim, declaramos que **aceitamos** as normas do SUS, a remuneração proposta, com base nos valores expressos na Tabela de Procedimentos e Valores do edital, as regras do sistema de rodízio e de revisão da Programação Físico-Orçamentária (PFO), dos quais temos pleno conhecimento.

Para fins de pagamento, informamos abaixo os dados bancários desta empresa:

Banco: _____ Nº da Agência: _____

Nº da Conta-corrente: _____

Para fins de contato, informamos abaixo o endereço de e-mail e telefones:

E-mail: _____

Telefones: _____

Para fins de assinatura do Termo de Credenciamento, informamos abaixo os dados do responsável:

Responsável: _____

CPF: _____ RG: _____

Joinville, ____ de _____ de ____.

Atenciosamente,

NOME DO RESPONSÁVEL:

CPF: _____

NOME DO ESTABELECIMENTO:

CNPJ: _____

ANEXO - ROTEIRO DE VISITA TÉCNICA EM CLÍNICAS DE ULTRASSOM

Credenciamento de Prestadores dos Serviços de Saúde para realização de ultrassonografia. Este roteiro é um orientador dos itens que serão verificados durante a visita técnica, porém não limita as exigências previstas nas legislações vigentes, complementares e alterações.			
1. IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO Nome empresarial: CNES: CNPJ: Endereço: Telefone: E-mail:			
Análise documental:			
Alvará Sanitário válido?	() Sim	() Não	Avaliar prazo e atividades previstas
Inscrição do estabelecimento no CRM válida?	() Sim	() Não	Avaliar prazo e atividades previstas
Médico R.T. e médicos assistentes que atuarão no credenciamento inscritos e ativos no CRM/SC e com RQE em SC, conforme edital	() Sim	() Não	Avaliar RQE conforme estabelecido na equipe mínima
Médicos que atuarão no credenciamento para realização de ecocardiografias 02.05.01.002-4; 02.05.01.003-2) estão inscritos e ativos no CRM/SC E com RQE em Cardiologia em SC, conforme edital ?	() Sim	() Não	() Não se aplica Se, sim: Verificar especialidade e carga horária
Médicos devidamente cadastrados no CNES?	() Sim	() Não	Observar carga horária declarada para atuar no credenciamento
Cadastro no CNES atualizado?	() Sim	() Não	Verificar equipamentos e serviço classificação
Observações:			
Equipamentos:			
Equipamento de ultrassonografia Marca: Modelo:	() Sim	() Não	Quantidade:
Equipamento de Doppler colorido Marca: Modelo:	() Sim	() Não	Quantidade:
Observações:			
Capacidade instalada:			
Procedimentos por mês, levando em consideração quantidade de equipamentos, número de profissionais, tempo de processamento dos equipamentos, proposta da empresa, horário de atendimento. Será considerado, no mínimo, 15 minutos para cada exame.			
Eventuais limitações ou restrições:			
Conclusão:			
Apto ao credenciamento	() Sim	() Não	
Equipe responsável pela visita técnica:			
Responsável pelo estabelecimento que acompanhou a visita técnica:			

4 - ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

- 4.1 - Para a presente contratação, a estimativa das quantidades considerou a série histórica dos últimos sete meses de produção, extraídos do sistema Tabwin, conforme anexo sei nº 0021884139 e quadro abaixo.
- 4.2 - Os serviços deverão ser executados conforme a demanda da CREDENCIANTE e a capacidade de atendimento instalada da CREDENCIADA no ato do credenciamento.
- 4.3 - Serão credenciados todos os interessados que preencham os requisitos previamente determinados no edital. Assim, pretende-se alcançar o maior número de participantes para atender a demanda.
- 4.4 - O objeto é divisível podendo ser credenciados diferentes prestadores habilitados no edital de credenciamento, sendo que cada CREDENCIADA deverá prestar a totalidade dos procedimentos que tiver capacidade instalada e forem credenciados, exceto quando não houver demanda, sendo dispensado pela CREDENCIANTE.
- 4.5 - A Programação Físico-Orçamentária (PFO) poderá ser revista a qualquer momento por iniciativa do Gestor Municipal, quando de interesse público e considerando que a modalidade de Credenciamento Universal prevê a inclusão de novos credenciados.

Quadro - Código, descrição e quantidades estimadas.						
Item	Código Sigtap/SUS	Descrição Sigtap / SUS	Quantidade 12 meses	Quantidade 24 meses	Total (grupo) ultrassonografias 12 meses	Total (grupo) ultrassonografias 24 meses
1	02.05.01.004-0	ULTRASSONOGRRAFIA DOPPLER COLORIDO DE VASOS	5.017	10.034	37.048	74.096
2	02.05.02.003-8	ULTRASSONOGRRAFIA DE ABDÔMEN SUPERIOR	1.194	2.388		
3	02.05.02.004-6	ULTRASSONOGRRAFIA DE ABDOMEN TOTAL	3.685	7.370		
4	02.05.02.005-4	ULTRASSONOGRRAFIA DE APARELHO URINÁRIO	3.020	6.040		
5	02.05.02.006-2	ULTRASSONOGRRAFIA DE ARTICULACAO	8.929	17.858		
6	02.05.02.007-0	ULTRASSONOGRRAFIA DE BOLSA ESCROTAL	410	820		
7	02.05.02.009-7	ULTRASSONOGRRAFIA MAMARIA BILATERAL	3.752	7.504		
8	02.05.02.010-0	ULTRASSONOGRRAFIA DE PROSTATA POR VIA ABDOMINAL	1.472	2.944		
9	02.05.02.011-9	ULTRASSONOGRRAFIA DE PROSTATA (VIA TRANSRETAL)	21	42		
10	02.05.02.012-7	ULTRASSONOGRRAFIA DE TIREOIDE	756	1.512		
11	02.05.02.014-3	ULTRASSONOGRRAFIA OBSTETRICA	2.083	4.166		
12	02.05.02.016-0	ULTRASSONOGRRAFIA PELVICA (GINECOLOGICA)	508	1.016		
13	02.05.02.017-8	ULTRASSONOGRRAFIA TRANSFONTANELA	4	8		
14	02.05.02.018-6	ULTRASSONOGRRAFIA TRANSVAGINAL	4.130	8.260		
15	02.05.01.005-9	ULTRASSONOGRRAFIA DOPPLER DE FLUXO OBSTETRICO	11	22		
16	02.05.02.015-1	ULTRASSONOGRRAFIA OBSTETRICA C/ DOPPLER COLORIDO E PULSADO	276	552		
17	02.05.01.002-4	ECOCARDIOGRAFIA TRANSESOFAGICA	67	134		
18	02.05.01.003-2	ECOCARDIOGRAFIA TRANSTORACICA	1.713	3.426		

5 - LEVANTAMENTO DE MERCADO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

- 5.1 - As soluções disponíveis no mercado para atender a necessidade da Administração são: convênio, licitação e credenciamento.
- 5.1.1 - O convênio é uma parceria firmada entre o gestor do SUS com organizações sociais e entidades sem fins lucrativos com o objetivo de integrar a entidade à rede de atenção à saúde ([Portaria de Consolidação MS/GM 002/2017](#), origem Portaria MS/GM Nº 3.410/2013). A dependência de um único fornecedor ou prestador limitaria a capacidade de contratualização e envolveria riscos na manutenção da oferta. Também obrigaria a contratação de todo o quantitativo estimado.
- 5.1.2 - A licitação consiste em procedimento administrativo formal, em que a Administração Pública convoca, por meio de edital ou aviso, interessados em apresentar propostas para contratação de prestação de serviços de saúde e se sujeitem às condições fixadas no

instrumento convocatório ([Manual de Orientações para Contratação de Serviços de Saúde do Ministério de Saúde](#) 2017, pag. 26). Para esta modalidade também considera-se como desvantagem a dependência de um único fornecedor ou prestador, o que limitaria a capacidade de contratação e envolveria riscos na manutenção da oferta. Também obrigaria a contratação de todo o quantitativo estimado.

5.1.3 - Na modalidade de credenciamento universal todos os interessados e que preencham os requisitos previamente determinados em edital podem ser credenciados. Assim, pretende-se alcançar o maior número de participantes para atender a demanda. Esta modalidade de contratação consta descrita no [Manual de Orientações para Contratação de Serviços de Saúde do Ministério de Saúde](#) (2017, pag. 40-41).

"(...) No credenciamento todos os interessados em contratar com a Administração Pública são efetivamente contratados, **sem que haja relação de exclusão**. Como todos os interessados são contratados, não há que se competir por nada, forçando-se reconhecer, por dedução, a inviabilidade de competição e a inexigibilidade de licitação pública.¹⁷ (...) "

¹⁷ NIEBUHR, Joel de Menezes. *Licitação pública e contrato administrativo*. 4. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2015. p. 119 et seq

5.2 - Considerando as soluções de mercado supra elencadas e os elementos apresentados em cada opção, demonstra-se de forma inequívoca, que a modalidade de credenciamento universal é a única opção que atende as demandas do município. É importante destacar que a competição se torna inviável devido ao grande volume de procedimentos a serem contratados, além necessidade de dispor da maior rede possível de prestadores de serviços, o que possibilitará a implementação da territorialização dos atendimentos.

5.3 - Registra-se que a modalidade Credenciamento está prevista no inciso I do artigo 115 da Instrução Normativa nº 04/2022 (0015231284), aprovada pelo Decreto n.º 51.742/2022 (0015231852), e, diante do cenário exposto, caracteriza-se o interesse da Administração Municipal em contratar um maior número de prestadores de serviço.

5.4 - A contratação por meio da modalidade de credenciamento tem como finalidade abranger todas as empresas habilitadas no edital. Contudo, as especificidades dos serviços de saúde exigem investimentos, planejamento e estruturação adequados. Nesse contexto, é fundamental estabelecer uma periodicidade para a revisão das PFOs que assegure a continuidade dos serviços contratados, ao mesmo tempo em que permita a inclusão de novos prestadores. Considerando esses aspectos, uma periodicidade inferior a seis meses pode gerar dificuldades tanto para a comissão responsável pelo acompanhamento e fiscalização dos contratos quanto para as empresas prestadoras, comprometendo a continuidade e a qualidade dos serviços. Dessa forma, propõe-se que a revisão das PFOs ocorra semestralmente."

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

6.1 A contratação tem como valor estimado o importe de R\$ 2.984.460,50 (dois milhões novecentos e oitenta e quatro mil quatrocentos e sessenta reais e cinquenta centavos) para um período de 12 (doze) meses de atendimento e R\$ 5.968.921,00 (cinco milhões novecentos e sessenta e oito mil e novecentos e vinte e um reais) para um período de 24 (vinte e quatro) meses de atendimento.

6.2 - Foi incluído Complemento Municipal ao valor unitário visando garantir a oferta dos serviços à população, tendo em vista a Secretaria não possui prestadores em número suficiente para atender a demanda. Ressalta-se que os atuais contratos atendem apenas parte da demanda, existem alguns procedimentos que não possuem empresas credenciadas.

6.3 - O Complemento Municipal foi estabelecido conforme a [Tabela Cisnordeste 2024](#), a qual representa os preços praticados na região no âmbito do SUS.

Item	Código Sigtap/SUS	Descrição Sigtap / SUS	Quantidade 12 meses	Quantidade 24 meses	Valor Sigtap R\$	Complemento Municipal	Valor Unitário R\$	Valor R\$ 12 Meses	Valor R\$ 24 Meses
1	02.05.01.004-0	ULTRASSONOGRAFIA DOPPLER COLORIDO DE VASOS	5.017	10.034	39,60	105,48	145,08	727.866,36	1..455.732,72
2	02.05.02.003-8	ULTRASSONOGRAFIA DE ABDÔMEN SUPERIOR	1.194	2.388	24,20	39,96	64,16	76.607,04	153.214,08
3	02.05.02.004-6	ULTRASSONOGRAFIA DE ABDOMEN TOTAL	3.685	7.370	37,95	39,96	77,91	287.098,35	574.196,70
4	02.05.02.005-4	ULTRASSONOGRAFIA DE APARELHO URINÁRIO	3.020	6.040	24,20	39,96	64,16	193.763,20	387.526,40
5	02.05.02.006-2	ULTRASSONOGRAFIA DE ARTICULACAO	8.929	17.858	24,20	39,96	64,16	572.884,64	1.145.769,28
6	02.05.02.007-0	ULTRASSONOGRAFIA DE BOLSA ESCROTAL	410	820	24,20	39,96	64,16	26.305,60	52.611,20
7	02.05.02.009-7	ULTRASSONOGRAFIA MAMARIA BILATERAL	3.752	7.504	24,20	39,96	64,16	240.728,32	481.456,64
8	02.05.02.010-0	ULTRASSONOGRAFIA DE PROSTATA POR VIA ABDOMINAL	1.472	2.944	24,20	39,96	64,16	94.443.52	188.887,04
9	02.05.02.011-9	ULTRASSONOGRAFIA DE PROSTATA (VIA TRANSRETAL)	21	42	24,20	39,96	64,16	1.347,36	2.694,72
10	02.05.02.012-7	ULTRASSONOGRAFIA DE TIREOIDE	756	1.512	24,20	39,96	64,16	48.504,96	97.009,92
11	02.05.02.014-3	ULTRASSONOGRAFIA OBSTETRICA	2.083	4.166	24,20	39,96	64,16	133.645,28	267.290,56
12	02.05.02.016-0	ULTRASSONOGRAFIA PELVICA (GINECOLOGICA)	508	1.016	24,20	39,96	64,16	32.593,28	65.186,56
13	02.05.02.017-8	ULTRASSONOGRAFIA TRANSFONTANELA	4	8	24,20	39,96	64,16	256,64	513,28
14	02.05.02.018-	ULTRASSONOGRAFIA	4.130	8.260	24,20	39,96	64,16	264.980,80	529.961,60

	6	TRANSVAGINAL							
15	02.05.01.005-9	ULTRASSONOGRAFIA DOPPLER DE FLUXO OBSTETRICO	11	22	42,90	40,02	82,92	912,12	1.824,24
16	02.05.02.015-1	ULTRASSONOGRAFIA OBSTETRICA C/ DOPPLER COLORIDO E PULSADO	276	552	39,60	40,02	79,62	21.975,12	43.950,24
17	02.05.01.002-4	ECOCARDIOGRAFIA TRANSESOFAGICA	67	134	165,00	120,85	285,85	19.151,95	38.303,90
18	02.05.01.003-2	ECOCARDIOGRAFIA TRANSTORACICA	1.713	3.426	67,86	73,06	140,92	241.395,96	482.791,92
		TOTAL						2.984.460,50	5.968.921,00

7 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

7.1 - Após análise das soluções de mercado supra elencadas, considerando os elementos dispostos em cada opção, demonstra-se como a melhor solução para atendimento ao interesse público envolvido a contratação por meio de credenciamento universal.

N.º	Requisitos	Sim	Não	Não se aplica	Observações
1*	Consta no ETP a descrição clara e objetiva, devidamente fundamentada da necessidade da contratação	x			
2	A contratação foi indicada no Documento de Formalização de Demanda	x			
3	Descrição dos requisitos da contratação	x			
3.1	Foi analisado o critério de sustentabilidade	x			
3.2	Foi analisada a necessidade de garantia, treinamento e instalação			x	
3.3	Foi analisada a indicação dos padrões mínimos de qualidade, de forma a permitir a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração	x			
4	Levantamento de mercado, com a justificativa técnica e econômica	x			
4.1	Foram consideradas as contratações similares feitas por outros órgãos e entidades públicas, bem como a iniciativa privada?	x			
4.2	Foi realizada audiência e/ou consulta pública, preferencialmente na forma eletrônica, para coleta de contribuições			x	
4.3	Em caso de possibilidade de compra, locação de bens ou do acesso a bens, foram avaliados os custos e os benefícios de cada opção para escolha da alternativa mais vantajosa, prospectando-se arranjos inovadores em sede de economia circular			x	
4.4	Foram consideradas outras opções logísticas menos onerosas à Administração, tais como chamamentos públicos de doação e permutas.			x	
5	Consta no ETP a descrição da solução como um todo, contemplando os requisitos da contratação, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso, acompanhada das justificativas técnica e econômica da escolha do tipo de solução.	x			
6*	Consta no ETP estimativas das quantidades para a contratação, e os documentos que lhes dão suporte.	x			
6.1	Foi realizado levantamento das quantidades necessárias juntos às Unidades com vistas a não ocorrer demanda não atendida dentro do planejamento.	x			
7*	Consta no ETP estimativa prévia do valor da contratação, acompanhada dos documentos que lhe dão suporte, podendo ser utilizado como parâmetro o valor das contratações anteriores acrescido/decrecido de percentual considerado pela requisitante como possível acréscimo/decrécimo da demanda.	x			
8*	Consta no ETP justificativas para o parcelamento ou não da solução.	x			
9	Foram consideradas as contratações correlatas e/ou interdependentes à presente contratação.	x			
10	A contratação está prevista no plano de contratações anual, ou, se for o caso, justificativa da ausência de previsão.	x			
10.1	Há previsão de custeio da contratação com recursos da União.		x		
10.2	A contratação será obra ou serviço de engenharia.		x		
10.3	Em caso de a contratação ser eventualmente custeada com recursos da União, consta ressalva clara no ETP acerca da impossibilidade de cotação com fornecedores, nos termos do artigo 23, §2º da Lei 14.133/2021.			x	

11	Consta no ETP o demonstrativo dos resultados pretendidos, em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis.	x			
12	Consta no ETP as providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do Termo de Credenciamento, tais como adaptações no ambiente do órgão ou da entidade, necessidade de obtenção de licenças, outorgas ou autorizações, capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual.	x			
13	Consta no ETP a descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável.			x	
14*	Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina, observando eventual risco da contratação para a Administração.	x			
14.1	Foram analisados os riscos de comprometimento da boa execução contratual, aferindo-se e sanando-se no ETP, de antemão, eventuais questões controversas, erros ou incongruências do procedimento levando em consideração: a) o histórico de licitações, inclusive as desertas ou frustradas; b) contratações anteriores com objeto semelhante.	x			
14.2	Trata-se de contratação que, independentemente do valor, envolve complexidade, singularidade, ou se refere a um modelo de contratação não realizado anteriormente, mas com possibilidade de risco moderado/médio ou superior de dano ao erário. Em caso positivo, consta no ETP ressalva sobre elaboração do Mapa de Riscos para a contratação?		x		

8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

8.1 - O objeto é divisível e pode ser executado por diferentes prestadores habilitados no edital de credenciamento. Assim, pretende-se alcançar o maior número de participantes para atender a demanda. Ressalta-se que os serviços deverão ser executados conforme a demanda da CREDENCIANTE e a capacidade de atendimento instalada da CREDENCIADA no ato do credenciamento.

8.2 - Os itens 1 ao 14 deverão ser ofertados em conjunto pela CREDENCIADA. O presente requisito tem como objetivo garantir o atendimento das principais demandas do município em ultrassonografia, evitando excesso de oferta para determinados procedimentos e carência para outros.

Quadro. Relação de procedimentos.			
Item	Código Sigtap/SUS	Descrição Sigtap / SUS	Disponibilidade
1	02.05.01.004-0	ULTRASSONOGRAMA DOPPLER COLORIDO DE VASOS	() Sim () Não
2	02.05.02.003-8	ULTRASSONOGRAMA DE ABDÔMEN SUPERIOR	
3	02.05.02.004-6	ULTRASSONOGRAMA DE ABDOMEN TOTAL	
4	02.05.02.005-4	ULTRASSONOGRAMA DE APARELHO URINÁRIO	
5	02.05.02.006-2	ULTRASSONOGRAMA DE ARTICULACAO	
6	02.05.02.007-0	ULTRASSONOGRAMA DE BOLSA ESCROTAL	
7	02.05.02.009-7	ULTRASSONOGRAMA MAMARIA BILATERAL	
8	02.05.02.010-0	ULTRASSONOGRAMA DE PROSTATA POR VIA ABDOMINAL	
9	02.05.02.011-9	ULTRASSONOGRAMA DE PROSTATA (VIA TRANSRETAL)	
10	02.05.02.012-7	ULTRASSONOGRAMA DE TIREOIDE	
11	02.05.02.014-3	ULTRASSONOGRAMA OBSTETRICA	
12	02.05.02.016-0	ULTRASSONOGRAMA PELVICA (GINECOLOGICA)	
13	02.05.02.017-8	ULTRASSONOGRAMA TRANSFONTANELA	
14	02.05.02.018-6	ULTRASSONOGRAMA TRANSVAGINAL	
15	02.05.01.005-9	ULTRASSONOGRAMA DOPPLER DE FLUXO OBSTETRICO	() Sim () Não
16	02.05.02.015-1	ULTRASSONOGRAMA OBSTETRICA C/ DOPPLER COLORIDO E PULSADO	() Sim () Não
17	02.05.01.002-4	ECOCARDIOGRAFIA TRANSESOFAGICA	() Sim () Não
18	02.05.01.003-2	ECOCARDIOGRAFIA TRANSTORACICA	() Sim () Não

9 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

9.1 - Suprir o setor de saúde do município e dos municípios com pactuação de metas físico-financeiras da Programação Pactuada e Integrada com serviços especializados de diagnóstico por Ultrassonografia, para atender as demandas existentes de forma complementar ao Sistema Único de Saúde.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

10.1 - A Secretaria da Saúde dispõe de equipe técnica e sistema que permitem acompanhar a execução dos serviços, confirmado por meio do acompanhamento dos contratos oriundos do Edital de Credenciamento Nº 452/2020 (7941528)

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

11.1 - Não há contratações correlatas e/ou interdependentes. Adicionalmente, informamos que foi realizada pesquisa nas Atas de Registro de Preços dos Consórcios com objetos similares ao da presente requisição de compras. No entanto, até o momento, não foi identificado processo que contemple integralmente as especificações técnicas demandadas por esta Secretaria de Saúde.. Em termos de interesse público, a Administração deve acima de tudo buscar a eficiência em suas contratações. Para tomar a decisão acerca da viabilidade e interesse público em participar ou aderir a uma Ata de Registro de Preços dos Consórcios é necessário avaliar vários fatores que não somente preços, mas se as condições propostas para contratação são realmente vantajosas para o Município. Ainda, existem questões técnicas de processamento e apresentação da produção para o Ministério da Saúde que, muitas vezes, não são atendidas por meio da adesão de consórcios.

12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

12.1 - Após avaliação da natureza e das condições operacionais previstas na contratação de serviços de exames de ultrassonografia, verifica-se que a atividade em questão não implica riscos ambientais relevantes. Trata-se de um serviço diagnóstico por imagem, não invasivo, que não demanda uso de agentes químicos de risco ambiental, não gera emissão significativa de ruídos, e tampouco interfere em áreas de preservação permanente ou sensíveis.

12.2 - Ainda assim, considerando os princípios da precaução e da sustentabilidade que regem as contratações públicas, ressalta-se a importância da observância às normas ambientais vigentes quanto à gestão de resíduos eventualmente gerados durante a execução do contrato — como material de uso único (luvas, aventais, lençóis descartáveis, géis condutores e embalagens). Esses resíduos, embora de baixo potencial poluidor, devem ser acondicionados, armazenados e descartados conforme a Resolução CONAMA nº 358/2005 e a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), bem como as diretrizes da Anvisa referentes ao gerenciamento de resíduos de serviços de saúde (RDC nº 222/2018). Compete à empresa credenciada garantir a destinação ambientalmente adequada dos resíduos, por meio de plano de gerenciamento de resíduos compatível com o serviço prestado, inclusive com comprovação documental de sua execução, caso solicitado. Compete aos órgãos de vigilância sanitária e ambiental a fiscalização do cumprimento das diretrizes estabelecidas neste Plano, especialmente no que tange à correta segregação, acondicionamento, transporte e destinação final dos resíduos gerados. Por meio da solicitação do Alvará Sanitário vigente (3.28), emitido pelo órgão da Vigilância Sanitária Municipal, compatível com o serviço a ser prestado, verifica-se o cumprimento das exigências sanitárias aplicáveis à atividade.

12.3 - Diante do exposto, e em conformidade com o disposto no § 2º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, justifica-se a ausência de impactos ambientais significativos decorrentes da contratação, sem prejuízo da adoção de boas práticas ambientais por parte da futura contratada.

13. ANÁLISE DE RISCOS

De acordo com o art. Art. 18, inciso X da Lei 14.133/2021, na fase preparatória, devem ser abordados os riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual

13.1 - Analisando os Riscos da Contratação, podemos indicar os seguintes elementos:

a) identificação de riscos - para a presente contratação constatou-se os seguintes riscos:

Inexistência de empresas interessadas no edital.

b) análise de riscos - os riscos encontrados possuem como consequência a redução ou indisponibilidade de atendimento.

Probabilidade P		
Índice	Descrição	Nível
Raro	Evento extraordinário. Acontece apenas em situações excepcionais. Não há histórico conhecido do evento ou não há indícios que sinalizem sua ocorrência.	1
Pouco Provável	Evento casual, inesperado. Existe histórico de ocorrência. O histórico conhecido aponta para a baixa frequência de ocorrência no prazo associado ao objetivo.	2
Provável	Evento esperado de frequência reduzida. Histórico parcialmente conhecido. Repete-se com frequência razoável no prazo associado ao objetivo ou há indícios que possa ocorrer nesse horizonte.	3
Muito provável	Evento usual de frequência habitual. Histórico amplamente conhecido. Repete-se com elevada frequência no prazo associado ao objetivo ou há indícios que ocorrerá nesse horizonte.	4
Praticamente	Evento que se repete seguidamente. Interfere no ritmo das atividades. Ocorrência quase garantida no prazo associado	5

certo	ao objetivo.	
-------	--------------	--

	Impacto (I)	
Índice	Descrição	Nível
Muito Baixo	Não afeta o objetivo. Compromete minimamente o atingimento do objetivo. Para fins práticos, não altera o alcance do objetivo/resultados.	1
Baixo	Afeta pouco o objetivo. Compromete em alguma medida o alcance do objetivo, mas não impede o alcance da maior parte do objetivo/resultados.	2
Médio	Torna incerto ou duvidoso o alcance do objetivo. Compromete razoavelmente o alcance do objetivo/resultados.	3
Alto	Torna improvável o alcance do objetivo. Compromete a maior parte do atingimento do objetivo/resultados.	4
Muito Alto	Capaz de impedir o alcance do objetivo. Compromete totalmente ou quase totalmente o atingimento do objetivo/resultados.	5

c) avaliação de riscos - dos riscos encontrados, procedendo a ponderação do impacto e da probabilidade, constatamos que os riscos são classificados como Alto.

Probabilidade: Pouco Provável (2)

Impacto: Muito Alto (5)

Classificação: Alto (2 x 5 = 10)

Classificação dos Riscos	
Pontuação	Risco
15 a 25	Muito Alto
8 a 12	Alto
3 a 6	Médio
1 e 2	Baixo
0	Muito Baixo

d) tratamento de riscos - com base na análise realizada, esta equipe de planejamento entende que deve-se adotar a conduta de Aceitar, reapresentando o Estudo Técnico Preliminar com eventuais ajustes em caso de não alcance do objetivo. Como ação preventiva, foi verificado que o Edital de Credenciamento vigente (nº 452/2020, SEI 7941528) conta com quatro empresas credenciadas (Contratos Nº 758/2022 - 22.0.251938-0, Nº 101/2021 -21.0.175986-6, Nº 102/2021 - 21.0.175981-5 e Nº 063/2021 - 21.0.133729-5), as quais atendem parte da demanda. Também foi incluído complemento municipal aos valores visando ampliar os procedimentos credenciados. A ação de contingência será contratação por meio do consórcio Cisnordeste ou Licitação.

Possibilidade de Tratamento de Riscos	
Conduta	Descrição
Evitar	Descontinuar a atividade, interromper o processo de trabalho.
Transferir	Compartilhar o risco com terceiros, como no caso dos seguros.
Mitigar	Desenvolver e implementar medidas para evitar que o risco se concretize e/ou medidas para atenuar o impacto e as consequências, caso ocorra.
Mitigar/transferir	Desenvolver e implementar ambas as medidas: mitigar e transferir
Aceitar	Não há necessidade de adotar quaisquer medidas. Considerar se é o caso de monitorar ao longo do tempo.

Para proceder à análise da viabilidade da contratação, esta deve atender positivamente os seguintes critérios:

Parâmetro considerado	Sim	Não	Observação / Comentário
1. O modelo adotado para a contratação é o mais vantajoso para a Administração, tanto pelo aspecto técnico como pelo econômico?	X		Trata-se do modelo vigente.
2. O modelo adotado para a contratação está em conformidade com o praticado no mercado?	X		
3. O valor estimado da contratação está em conformidade com a previsão orçamentária?	X		
4. Os resultados pretendidos com a contratação compensam os investimentos realizados pela Administração, em curto, médio e longo prazo?	X		
5. De acordo com a análise dos riscos para a contratação, a contratação é viável e não possui risco de dano ao erário? (moderado/médio a grave)	X		
6. Há risco de comprometimento do sucesso da licitação e da execução, considerando os fatos ocorridos em contratações anteriores do mesmo objeto ou similares.		X	
7. No caso do item anterior, foram indicadas as medidas necessárias para mitigar os riscos?			Não se aplica

14. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

14.1 - Com base nas informações obtidas ao longo deste estudo, a Equipe/Comissão de Planejamento conclui que o credenciamento se apresenta como a única solução capaz de atender ao interesse público, às necessidades da Secretaria da Saúde e à demanda dos usuários do SUS para a realização de **Procedimentos com Finalidade Diagnóstica Grupo 02 Sub-Grupo 05 Diagnóstico por Ultrassonografia** Ressalta-se que a viabilização de um modelo competitivo é impraticável, dada a imprescindibilidade de contar com a

Estudo Técnico Preliminar - ETP 26263337 SEI 24.0.141189-0 / pg. 14

maior rede possível de prestadores de serviços. Essa abordagem permitirá a implementação da territorialização dos atendimentos e a formação e o fortalecimento de uma rede integrada de serviços de saúde.



Documento assinado eletronicamente por **Allan Abuabara, Servidor(a) Público(a)**, em 30/07/2025, às 08:42, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Claudete Soethe de Quadros, Coordenador(a)**, em 30/07/2025, às 08:52, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Franci Maiara Machado, Gerente**, em 30/07/2025, às 11:42, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **26263337** e o código CRC **93448C39**.

Rua Doutor João Colin, 2719 - Bairro Santo Antônio - CEP 89218-035 - Joinville - SC - www.joinville.sc.gov.br